

Considerando a relevância de se atender ao Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), manual de dezembro de 2014, no que se refere ao critério constante da dimensão (ii) do indicador QATC-7 do domínio C, qual seja, "O Tribunal possui: c) Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (plano de TI) ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) implementado e compatível com o planejamento estratégico do Tribunal (PET)";

Considerando a necessidade de se conferir continuidade administrativa ao Tribunal, no que tange às ações de TI, independentemente da alternância dos seus gestores;

Considerando as disposições da Resolução nº 18.875, de 25 de janeiro de 2017, que institui a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado do Pará (PGTI/TCE-PA);

Considerando a proposta elaborada pelo grupo de trabalho multidisciplinar, designado pelo Comitê Diretivo de TI (CDTI) para conduzir a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), constituído através da Portaria nº 32.514, de 26 de junho de 2017;

Considerando a aprovação da referida proposta pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI) conforme da Ata da reunião nº 01/2018-CDTI, de 04 de maio de 2018.

Considerando as emendas apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luis da Cunha Teixeira e a emenda apresentada em sessão plenária pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro André Teixeira Dias, inscrita pelos demais membros do colegiado;

Considerando, finalmente, a manifestação da Presidência constante da Ata nº. 5.561, desta data;

RESOLVE, unanimemente, Art. 1º Aprovar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do Tribunal de Contas do Estado do Pará, para o período de 2018-2022.

Art. 2º O Plano a que se refere esta Resolução também define o macroprocesso de Gerenciamento do Portfólio de Ações e Projetos de TI que, por sua vez, é composto pelos seguintes processos:

I - Levantar necessidades de TI;

II - Elaborar proposta orçamentária de TI para o próximo exercício;

III - Definir ações de TI do Plano de Gestão (PG);

IV - Planejar ações e projetos não previstos no PG;

V - Executar e monitorar ações e projetos de TI.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Conselheiro Emílio Martins", em Sessão Ordinária de 21 de junho de 2018.

Protocolo: 330510

NOTIFICAÇÃO

De ordem do Exmo. Cons.º Substituto Julival Silva Rocha, relator do Processo n.º 2013/50600-9, notifico a Senhora ROSA MARIA CORREA MIRANDA, para comparecer a este Tribunal e se manifestar nos autos de sua aposentadoria a respeito das alegações expostas no Relatório Técnico da Controladoria de Pessoal e Pensões, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir desta publicação.

Belém, 26 de junho de 2018.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

Protocolo: 330564

PORTARIA Nº 33.629, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

DESIGNAR para participarem do Grupo de Trabalho para elaboração do modelo de arquivamento de processos não distribuídos nas Controladorias, como membros titulares os servidores, **JOSÉ LUIZ ANTONIO GONÇALVES**, (Coordenador), Auditor de Controle Externo-Ciências Contábeis, matrícula nº 0101039; **MYLENE TEIXEIRA DA SILVA FERREIRA**, Auditor de Controle Externo - Direito, matrícula nº 0101083; e **RAFAEL LAREDO MENDONÇA**, Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis, matrícula nº 0101097.

Protocolo: 330610

PORTARIA Nº 33.628, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

DECLARAR vacância do cargo de Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis, ocupado pelo servidor **HELICIO ALEXANDRE MATOS GOMES**, para tomar posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 58, parágrafo único, inciso II da Lei nº 5.810/94, a partir de 26-06-2018.

Protocolo: 330601

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N.º 4.472/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 528/2018-CGMP/PA, datado de 10/4/2018, autuado sob o Processo nº 023/2018-CPJ; CONSIDERANDO a decisão, por maioria, proferida pelo Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça na Sessão Extraordinária realizada no dia 21/5/2018, conforme Certidão às fls. 54; R E S O L V E:

INSTAURAR Procedimento Administrativo para verificação da incapacidade mental de membro do Ministério Público, registrado sob a Matrícula nº 999.1731, ocupante do cargo de Promotor de Justiça de 2ª Entrância, nos termos do art. 18, inciso XVIII, alínea "h", da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, assegurados os Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 21 de junho de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 330611

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA 4459/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora MARLY PAIXAO ALEIXO DOS REIS, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1378, lotada na Promotoria de Justiça de Inhangapi, a importância de R\$ 1.900,00 (mil novecentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 15/06/2018 a 14/08/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330 -Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 400,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.500,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 20 de junho de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 330295

PORTARIA 4460/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora MARILEUSA SOARES COELHO NOBRE, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1999, lotada na Promotoria de Justiça de Augusto Correa, a importância de R\$ 1.300,00 (mil trezentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 15/06/2018 a 14/08/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 400,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.FísicaR\$ 900,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 20 de junho de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 330289

DIÁRIA

PORTARIA N.º 7244/2015-MP/PGJ

CONCEDER 2 (duas) diárias ao Promotor de Justiça HELIO RUBENS PINHO PEREIRA, Matrícula 999.1541, C.P.F. 642.148.262-72, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 500302015, nos termos do art. 117 da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 6 de julho de 2006, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital ao município de Salvador - BA, no período de 25 a 27/11/2015, a fim de participar da 5ª Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas do Centro de Aperfeiçoamento dos Ministérios Públicos do Brasil.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 20 de novembro de 2015.

Ordenador da Despesa: Marcos Antonio Ferreira das Neves

PORTARIA N.º 2881/2017-MP/PGJ

CONCEDER 1 e 1/2 (uma e meia) diária ao SARGENTO PM JONIVALDO FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA, Matrícula 333.363, C.P.F. 496.053.302-10, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 185492017, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Santarém ao município de Itaituba, nos dias 24 e 25/05/2017, a fim de realizar segurança pessoal da Promotora de Justiça, Dra. Ione Missae da Silva Nakamura, naquele município.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 16 de maio de 2017.

Ordenador da Despesa: Gilberto valente Martins

PORTARIA N.º 8265/2017-MP/PGJ

CONCEDER 1/2 (meia) diária ao SOLDADO PM JOSIVALDO FELIX DA SILVA, Matrícula 999.2358, C.P.F. 98874063253, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 467212017, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Marabá ao município de São João do Araguaia, no dia 23/11/2017, a fim de realizar segurança da equipe durante a realização de inspeção nas escolas municipais.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 30 de novembro de 2017.

Ordenador da Despesa: Gilberto valente Martins

PORTARIA N.º 1594/2018-MP/PGJ

CONCEDER 1/2 (meia) diária ao SOLDADO PM FLAVIO OLANDA GOMES, Matrícula 333.370, C.P.F. 608.647.022-72, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 88342018, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Marabá ao município de São Geraldo do Araguaia, no dia 15/03/2018, a fim de realizar segurança pessoal da Promotora de Justiça, Dra. Jane Cleide Silva Souza, naquele município.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 12 de março de 2018.

Ordenador da Despesa: Dulcelinda Lobato Pantoja

Protocolo: 330556

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA N.º 4203/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 4052/2014-MP/PGJ, de 26/06/2014, que concedeu 1/2 (meia) diária ao SARGENTO PM FRANCISCO FERREIRA CANCIO, Matrícula 333.136, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 25714/2014, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Castanhal ao município de Moju, no dia 25/06/2014, a fim de realizar segurança pessoal da Promotora de Justiça Eliane Cristina Pinto Moreira naquele município.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 13 de junho de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça.